

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Um estudo a respeito das principais características desta modalidade de ensino

André Luís Negretto Florindo – Universidade Anhanguera - Uniderp

RESUMO: A Educação a Distância tem suas origens datadas no século XIX e vem passando pelas evoluções tecnológicas disponíveis em cada momento histórico. Apoiada em uma didática centrada no aluno e nas facilidades que as novas mídias proporcionam (disponibilidade de estudar a qualquer hora e em qualquer lugar), no atendimento aos referenciais mínimos para a oferta de cursos e direcionada pelos instrumentos avaliativos governamentais e institucionais, a qualidade do ensino ofertado em nada difere da modalidade presencial, fato comprovado pelo desempenho dos alunos, que têm se mostrado modestamente superior quando comparado aos alunos provindos dos cursos presenciais. É crescente a procura por cursos nesta modalidade de ensino, que vem apresentando números significativos de crescimento nos últimos 10 anos, tornando-se cada vez mais um importante instrumento para a transformação e democratização da educação no país.

ABSTRACT: Distance education has its origins dating in the nineteenth century and has been going by the technological developments available at a particular time. Backed by a student-centered teaching and facilities that new media offer (availability to study anytime and anywhere), in reference to the minimum service for the provision of courses and directed by the government and institutional instruments of evaluation, the quality of teaching offered is no different from face modality, proven by the performance of students who have proved modestly higher when compared to students coming from the courses. There is a growing demand for courses in this mode of teaching, which has shown significant growth numbers in the last 10 years, becoming an increasingly important tool for the transformation and democratization of education in the country.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação a Distância,
Desenvolvimento, Características,
Crescimento.

KEYWORDS:

Distance Education, Development,
Characteristics, Growth.

Artigo Original

Recebido em: 17/02/2012

Avaliado em: 10/08/2012

Publicado em: 10/04/2012

Publicação

Anhanguera Educacional Ltda.

Coordenação

Instituto de Pesquisas Aplicadas e
Desenvolvimento Educacional - IPADE

Correspondência

Sistema Anhanguera de
Revistas Eletrônicas - SARE
rc.ipade@anhanguera.com
v.5 • n.11 • 2011 • p. 33-42

1. INTRODUÇÃO

Pela longa transformação que vem passando ao longo dos anos, a Educação a Distância tem se tornado uma alternativa bastante viável em nosso país para quem procura um lugar no mercado de trabalho, melhor qualificação profissional e especialização, ou mesmo se levarmos em consideração outros fatores, como econômicos, temporais, didáticos, tecnológicos, etc. Não freqüentar uma sala de aula de ensino superior deixou de ser uma mera desculpa.

Educação a distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente de modo que a comunicação entre o professor e o aprendente deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros (MOORE, 1973 apud BELLONI, 2002).

Inicialmente dotada de recursos limitados e distâncias temporais enormes com o uso da correspondência, por exemplo, hoje a EaD é baseada principalmente dentro dos recursos tecnológicos e ferramentas de mediação síncronas e assíncronas, que não podem estar ausentes das atenções pedagógicas, sendo ainda regulamentada e credenciada pelo Ministério da Educação, com uma secretaria especialmente dedicada aos assuntos dessa modalidade de ensino. Este artigo procura analisar brevemente os caminhos da EaD desde seus primeiros passos até o cenário atual no Brasil, informações estatísticas, regulamentações, as facilidades apresentadas pelas ferramentas tecnológicas, e uma discussão sobre a qualidade desta modalidade de ensino.

2. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Segundo MORAN (1994), Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Apesar de não estarem juntos, de maneira presencial, eles podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

A EaD recebe denominações diferentes em alguns países, a saber: estudo ou educação por correspondência, no Reino Unido; estudo em casa e estudo independente, nos Estados Unidos; estudos externos, Austrália; telensino ou ensino a distância, na França; estudo ou ensino a distância, Alemanha; educação a distância, na Espanha; teleducação, em Portugal, etc.

3. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação a Distância chega ao Brasil em meados de 1904, ofertada através de cursos pagos por instituições privadas internacionais, por correspondência. Já em 1934, através da Rádio-Escola Municipal do Rio de Janeiro, fundada por Edgard Roquete-Pinto, os estudantes tinham acesso prévio aos roteiros das aulas. Neste período a correspondência continuava como forma de contato com os estudantes.

Em 1939 vimos o surgimento do Instituto Universal Brasileiro com a apresentação de cursos abertos de iniciação profissionalizante pela modalidade de ensino por correspondência. A Universidade do Ar em 1941, com duração de apenas dois anos. Patrocinada por SESC, SENAC e outras emissoras associadas, a Nova Universidade do Ar, em 1947. Entre 1961 e 1965, Igreja Católica e Governo Federal lançam o Movimento Educação de Base, com um sistema radioeducativo.

O início da década de 1970 vê um convênio entre a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta para a produção de textos e programas, denominado Projeto Minerva. Já em 1972 é enviado pelo Governo Federal à Inglaterra um grupo de educadores, tendo Newton Sucupira à frente, anunciando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil. A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância.

Também no início da década nasce a Fundação Roberto Marinho com programa de educação supletiva a distância para primeiro e segundo graus, através da teleeducação, com aulas via satélite sendo complementadas por kits de materiais impressos. Podemos denominar esta como a segunda geração da educação a distância no Brasil. A terceira geração da EaD tem seu início na década de 1990 com a expansão da internet e o uso de novas tecnologias da informação e comunicação.

3.1. Legislação e Regulamentação

A EaD teve a sua consolidação em 1996 na última reforma educacional brasileira, instaurada pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação nº 9.394/96, que oficializou na política nacional a era normativa da educação a distância no país, como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino, baseada em quatro artigos:

- Determina a necessidade de credenciamento das instituições;
- Define que cabe à União a regulamentação dos requisitos para registro de diplomas;
- Disciplina a produção, o controle e a avaliação de programas de educação a distância;
- Faz referência a uma política de facilitação de condições operacionais para apoiar a sua implementação.

Em 1998, os Decretos nº 2.494 de fevereiro e 2.561 de abril, e a Portaria nº 301 de também de abril, passaram a formar o conjunto de instrumentos e procedimentos que deveriam ser adotados pelas instituições para obter o credenciamento do MEC para a oferta de cursos de graduação a distância. A Portaria Ministerial nº 2.253 permitiu a universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos a oferecer até 20% da carga horária de cursos já reconhecidos na modalidade a distância. Essa portaria foi atualizada pela nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

A principal regulamentação da EaD foi realizada pelo Decreto nº 5.622 de 20 de dezembro de 2005, posteriormente atualizado por outro Decreto, nº 6.303 de 2007. Em 8 de junho de 2006 um novo Decreto, nº 5.800, instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

A Secretaria de Educação a Distância – SEED, antigo órgão de que supervisionava a EAD é extinta pelo Decreto n. 7480, de 16 de maio de 2011, efetuando uma reestruturação no MEC, com destaque para a criação da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Os cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* presenciais devem atender ao disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.3.2.

3.2. Referenciais de Qualidade

A gestão da qualidade é entendida como um conjunto de ações previamente planejadas, implantadas e avaliadas, de modo a garantir um perfeito controle sobre um produto ou serviço, buscando o cumprimento dos objetivos a que se destinam. É organizada a partir desses pontos básicos: foco no cliente, o trabalho em equipe, decisões a partir de fatos e dados, busca constante da solução de problemas e da diminuição de erros.

Dentro do contexto educacional, o conceito de qualidade busca discutir três dimensões: social, política e acadêmica, o nos leva a uma análise das estruturas, dos processos e dos resultados decorrentes das práticas de ensino presenciais ou a distância.

A qualidade acadêmica, que surge na produção original do conhecimento por meio da docência. Refere-se às capacidades do professor de transmitir conhecimentos advindos das práticas de pesquisa que convergem em soluções para problemas específicos da sociedade. Qualidade social significa que, decorrente das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, as instituições educacionais atuem de forma relevante no desenvolvimento da sociedade. A qualidade educativa é a capacidade das instituições atuarem na formação plena do cidadão para que possam contribuir e interferir em suas respectivas realidades sociais (Demo, 2001).

As instituições de ensino interessadas em ofertar cursos a distância necessariamente foram obrigadas a incorporar em suas práticas cotidianas alguns critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, a saber:

1. Compromisso dos gestores;
2. Desenho do projeto;
3. Equipe profissional multidisciplinar;

4. Comunicação/interação entre os agentes;
5. Recursos educacionais;
6. Infraestrutura de apoio;
7. Avaliação contínua e abrangente;
8. Convênios e parcerias;
9. Transparência nas informações;
10. Sustentabilidade financeira.

Segundo ROESLER (2011), ao definir os referenciais de qualidade em educação a distância, o Ministério da Educação traz como elementos a gestão dos processos, a estrutura organizacional e funcional, a metodologia de ensino, as tecnologias de informação e comunicação (em suas dimensões pedagógicas e comunicacionais), a avaliação da aprendizagem e a autoavaliação como pressupostos para garantir a eficiência e eficácia da oferta dos programas educativos a distância.

3.3. Avaliação pelos Órgãos Reguladores

O processo de avaliação está intimamente ligado ao cerne de qualquer área de atividade humana, e, não diferente, perpassa obrigatoriamente pela área da educação. É de fundamental controle contínuo ao processo de ação-reflexão-ação, direcionado com clareza as ações adotadas às práticas educacionais disponíveis e à promoção do processo de ensino e aprendizagem.

Mais do que contribuir para a construção de competências técnicas e sócio-políticas-culturais estabelecidas nos projetos pedagógicos e de cursos, a avaliação deve ser uma métrica séria e constante, de modo a coletar dados que propiciem uma visão generalizada da atuação docente e dos diferentes setores institucionais.

Os cursos oferecidos no Brasil na modalidade EaD têm sido avaliados sob duas perspectivas, sendo as exigidas pelos órgãos de regulamentação e supervisão, como o Ministério de Educação ou os Conselhos Estaduais de Educação, bem como as realizadas pelas próprias instituições, com a finalidade de avaliar seus sistemas e processos, conhecida como autoavaliação institucional.

A avaliação criada pelo Ministério da Educação, SINAES, estabelecida em esfera federal pela Lei 10.861/2004 como ferramenta para mensurar o desempenho das instituições brasileiras que atuam no ensino superior e, por isso, se fundamenta também como orientadora das políticas educacionais. Seus pressupostos visam a contínua melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, do aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

A avaliação do SINAES é realizada em três dimensões: avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – Enade).

A adoção da visão de processo e do controle total da qualidade para a educação a distância pressupõe que: os critérios de avaliação e os indicadores de desempenhos devem ser estabelecidos durante o planejamento do serviço educacional (educação a distância), e que precisam estar consistentes com os objetivos e/ou resultados esperados; para avaliar os resultados decorrentes da execução da educação a distância, estes devem ser avaliados em relação ao desempenho planejado; os desvios e necessidades de melhorias devem ser apurados para, sempre que for possível, serem corrigidos e satisfeitos. É esse o conteúdo da avaliação, que não pode ser dissociada do planejamento, que, de certa forma, fixa padrões para aferição dos resultados reais. Se não há nenhum padrão, torna-se difícil, senão inviável, a avaliação do desempenho real. (ROESLER, 2011).

Através da avaliação institucional é possível diagnosticar de maneira eficaz os serviços educacionais prestados, direcionando os gestores na tomada de decisões, mantendo as ações pré-estabelecidas no planejamento do curso, bem como orientando a novas soluções ou inovações dentro da área.

3.4. Autoavaliação

A autoavaliação também é constituída como um importante referencial de qualidade em EaD e, através dela, alunos e professores podem avaliar a eficácia e efetividade das ferramentas e agentes envolvidos diretamente na metodologia de ensino proposta. Atua como um instrumento para detectar informações sobre o nível de satisfação dos alunos e professores, bem como do alcance dos objetivos planejados. Seu foco é direcionado na avaliação dos processos, dos componentes e agentes envolvidos.

Segundo ROESLER (2011), o sistema de autoavaliação institucional pode estar estruturado em cinco etapas, as quais são: definição dos indicadores de desempenho (determinados no plano de desenvolvimento institucional); definição da amostra (escopo investigado); elaboração e implantação das ferramentas de coleta de dados (questionários, planilhas de movimentação de alunos e de médias apresentadas nos diários de classe); levantamento e análise de dados (estruturação dos dados coletados em informação, segundo o objetivo que se destina); e por último, realimentação (elaboração de relatórios e reuniões para disseminar os resultados aferidos).

Através dos resultados obtidos na autoavaliação institucional é possível gerar informações ao processo de gestão e diagnosticar com bastante detalhamento como está a metodologia, bem como se está sendo percebida a organização dos cursos em todos os seus aspectos básicos: organização do curso, materiais didáticos, sistema tutorial e avaliação da aprendizagem dos alunos, facilitando a tomada de decisões com maior assertividade.

4. ALGUNS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

O levantamento do Censo da Educação Superior 2010, organizado pelo Ministério da Educação, aponta que 14,6% das matrículas realizadas para graduação no ensino superior do país foram na modalidade EaD. O número de estudantes em busca de um diploma atingiu a cada de 6.379.299 alunos em 2.377 instituições de ensino superior, que oferecem 29.507 cursos.

Olhando somente para os cursos de graduação, os números apontam um crescimento de 1864% entre 2003 e 2010, passando de aproximadamente 49.911 alunos em 2003 para 930.170 em 2010.

Ano	Alunos Presencial	Crescimento %	Alunos EaD	Crescimento %	Total
2003	3.887.022	11,7	49.911	22,6	3.936.933
2004	4.163.733	7,1	59.611	19,4	4.223.344
2005	4.453.156	7,0	114.642	92,3	4.567.798
2006	4.676.646	5,0	207.206	80,7	4.883.852
2007	4.880.381	4,4	369.766	78,5	5.25.147
2008	5.080.056	4,1	727.961	96,9	5.808.017
2009	5.115.896	0,7	838.125	15,13	5.594.021
2010	5.449.120	6,45	930.179	10,9	6.379.299

Figura 1 – Crescimento do Ensino Presencial X Crescimento da Educação a Distância.

Um estudo divulgado em 2008 pelo INEP comprova que a nota média nos cursos EaD (pedagogia, administração e serviço social) foi 6,70 pontos superior à nota média dos alunos do ensino presencial, durante o período 2005–2007. Já em 2010, com os dados baseados no ENADE 2008, foi novamente constatado a nota média dos cursos a distância (administração, pedagogia e matemática) com 2,09 pontos superior em relação ao ensino presencial.

5. AUTONOMIA DO ESTUDANTE

A autonomia é uma das características centrais da EaD. Propicia que os aprendizes imprimam um ritmo de estudo de acordo com a sua conveniência e avancem pelo grau de maturidade, interesse e conhecimento prévio que detêm sobre determinado objeto, garantindo a autogestão do conhecimento.

Segundo Otto Peters (2001), a autonomia pode ser definida em três dimensões. A primeira é a filosófica, que busca sua explicação no pensamento Kantiano, no qual a liberdade do ser humano é conquistada a partir da plena consciência de suas ações. A segunda é a dimensão pedagógica, quando os seres humanos não são objetos de condução no processo ensino-aprendizagem, mas sujeitos da sua própria educação. A terceira, a didática, acontece

no reconhecimento de suas necessidades de estudo, quando os estudantes planejam e avaliam estratégias para o cumprimento dos objetivos da sua aprendizagem.

Um processo de ensino e aprendizagem centrado no estudante será então fundamental como princípio orientador de ações de EaD. Isto significa não apenas conhecer o melhor possível suas características socioculturais, seus conhecimentos e experiências, e suas demandas e expectativas, como integrá-las realmente na concepção de metodologias, estratégias e materiais de ensino, de modo a criar através deles as condições de auto-aprendizagem (BELLONI, 2009).

6. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS

A terceira geração da Educação a Distância pode ser caracterizada a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação – NTICs, com a integração das facilidades do computador, softwares didáticos, banco de dados, Internet e, principalmente, de seus recursos de comunicação e informação, proporcionando novas dinâmicas de interação entre os interlocutores do processo de aprendizagem.

Segundo BELLONI (2009), as NTICs oferecem possibilidades inéditas de interação mediatizada (professor/aluno; estudante/estudante) e de interatividade com materiais de boa qualidade e grande variedade. As técnicas de interação mediatizada criadas pelas redes telemáticas (e-mail, listas e grupos de discussão, webs, sites, etc) apresentam grandes vantagens, pois permitem combinar a flexibilidade da interação humana (com relação à fixidez dos programas informáticos, por mais interativos que sejam) com a independência do tempo e no espaço, sem por isso perder a velocidade.

Neste novo contexto, a Internet, como ferramenta pedagógica, tem se destacado como uma mídia capaz de integrar texto, imagens, som, vídeo e diálogos em um mesmo espaço e em tempo real, característica dos ambientes online, enriquecendo os inter-relacionamentos a distância

A construção do conhecimento, a partir do processamento multimídico, é mais “livre”, menos rígida, com conexões mais abertas, que passam pelo sensorial, pelo emocional e pela organização do racional; uma organização provisória, que se modifica com facilidade, que cria convergências e divergências instantâneas, que precisa de processamento múltiplo instantâneo e de resposta imediata (MORAN, 1998).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância se transformou ao longo dos anos e agora vem colhendo os frutos, apontada como um novo horizonte na democratização do ensino no país. Facilitada principalmente nos tempos modernos pelas tecnologias da informação e comunicação, também é apoiada por uma legislação específica, didática direcionada no perfil do aluno e referenciais de qualidade que garantem a oferta de cursos com a qualidade necessária.

Por fim, as ferramentas de autoavaliação institucionais completam e regem o planejamento, como uma maneira eficaz de diagnosticar a satisfação dos alunos e dos serviços ofertados.

A oferta de um curso a distância com qualidade deve obedecer obrigatoriamente por algumas fases de planejamento e execução: gestão dos processos, estrutura organizacional e funcional, metodologia do ensino, tecnologias da informação e comunicação, avaliação da aprendizagem, e, necessariamente e não menos importante, a autoavaliação, como ferramenta para mensurar a eficiência e eficácia dos programas educacionais. Ao mesmo tempo, é também orientada pelo rigoroso cumprimento de 10 normas específicas, como desenho do projeto, equipe profissional multidisciplinar e infraestrutura de apoio, recursos educacionais, comunicação e interação entre professor e aluno, entre outras.

A didática orientada para a modalidade a distância tem como pressuposto ajudar o estudante a alcançar os objetivos propostos no curso e na disciplina, proporcionar condições claras de aprendizagem, oferecer autossuficiência nas orientações de estudo, conteúdo e avaliação, e desenvolver as habilidades e competências definidas no projeto do curso. Somente uma estrutura didática bem definida é que irá viabilizar as interações entre os professores, alunos e materiais didáticos.

O planejamento de um curso a distância precisa de ferramentas de mensuração dos resultados. Neste sentido, a autoavaliação institucional também se constitui como um referencial em EaD, pois através dela os alunos e professores avaliam a eficácia das atividades e agentes envolvidos diretamente na metodologia do ensino proposto, servindo de base na tomada de decisões e detecção de novas demandas. Seus pressupostos são a melhoria da qualidade da educação ofertada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria E. B. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.
- BELLONI. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.
- _____. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- DEMO, P. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.
- GODOY, Anterita Cristina de Sousa. **Didática: procedimentos e recursos de ensino**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.
- MATTAR, João. **História da Educação a Distância**. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.
- MORAN, José Manuel. **Mudanças na comunicação pessoal**. São Paulo, Paulinas, 1998.
- _____, José Manuel. **Novos caminhos do ensino a distância**. In: Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3.
- _____, José Manuel. **Fundamentos, políticas e legislação em EaD**. Departamento de Extensão e

Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.

_____, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

NUNES, Ivônio B. **Noções de educação a distância**. Revista Educação a Distância n.º. 4/5, Dez./93-Abr/94 Brasília, Instituto Nacional de Educação a Distância, p. 7-25.

POCHO, Cláudia Lopes; et al; **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROESLER, Jucimara. **Os parâmetros legais para uma educação a distância de qualidade**. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.

VIANNEY, João. **Net**, Brasília, nov. 2011. Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Senado Federal. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/ce/ap/AP20111109_Joao_Vianney.pdf >. Acesso em: 08 fev. 2012.